



AVISO DE PRIVACIDADE

A Ares Lusitani - STC, SA (de ora em diante designada por “Ares Lusitani ou Cessionária”) é uma sociedade de titularização de créditos, com sede Edifício Colombo, Torre Oriente, Avenida do Colégio Militar, n.º 37 F, 4.º Piso, 1500-180 Lisboa, cujo objeto social é a realização de operações de titularização de créditos, mediante a sua aquisição gestão e transmissão e a emissão de obrigações titularizadas para pagamento dos créditos adquiridos.

Nesse contexto, a Ares Lusitani participa em processos de cessão e aquisição de créditos para securitização, adquirindo todos os direitos, títulos e juros relativamente a esses mesmos créditos.

Em consequência das cessões de créditos comunicadas, todos os dados pessoais constantes da base de dados da entidade cedente (os quais podem incluir, nome completo, data e local de nascimento, nacionalidade, assinatura, sexo, estado civil e número de identificação pessoal, contactos, bem como os detalhes de seu pedido de crédito, e situação e/ou histórico financeiros), são cedidos à atual credora, a qual assumirá, a partir da data da cessão, a qualidade de responsável pelo tratamento desses dados, e ainda de quaisquer outros que sejam disponibilizados pelos titulares dos créditos, na sequência dos contactos efetuados, ou que sejam extraídos de fontes públicas, conforme permitido por lei.

Assim, de acordo com o Regulamento (UE) 2016/679 e com a demais legislação relativa à Proteção de Dados Pessoais, informamos que a Ares Lusitani tratará os seus dados pessoais com a finalidade de gerir a relação entre os titulares dos créditos e os procedimentos relacionados com a gestão e cobrança do crédito cedido. Os dados pessoais são necessários para o devido cumprimento da relação contratual entre as partes, para manter o contacto entre as partes e para garantir a eficiência da nossa atividade, através da realização de várias atividades internas de processamento dos empréstimos, tais como:

- (i) verificação de integridade e validade dos créditos (atividades que nos ajudam a



Ares Lusitani STC

confirmar que os dados são adequados ao objetivo);

(ii) combinação de dados de outras fontes para confirmar a sua identidade, os seus contactos e a existência dos ativos utilizados como garantia (caso seja aplicável);

(iii) otimização dos nossos serviços e garantia de um sistema de gestão de crédito e recuperação de dívidas mais eficiente; e

(iv) avaliação dos nossos sistemas e redes de modo a impedir o acesso não autorizado, intrusão ou uso indevido dos sistemas da empresa, incluindo a prevenção de violações de dados pessoais.

Informamos ainda que a base legal para a recolha e tratamento dos dados pessoais é a qualidade da Cessionária enquanto credora, exercendo os seus direitos de gestão e recuperação dos valores em dívida, bem como a necessidade de assegurar o cumprimento das obrigações legais às quais a Cessionária está sujeita e a prossecução dos seus interesses legítimos.

Em alguns casos, a Cessionária poderá contratar prestadores de serviços externos para executar determinadas tarefas em seu nome, em conexão com o seu crédito, se os houver.

Para isso, partilharemos os dados pessoais com os prestadores de serviços contratados, para permitir que estes executem as suas tarefas em conformidade com as nossas instruções.

Da mesma forma, informamos que alguns dos dados pessoais dos titulares dos créditos poderão ser divulgados, a qualquer autoridade administrativa, policial ou judicial no uso da respetiva competência legal.

Caso algum procedimento judicial seja iniciado, poderemos ainda partilhar esses dados com todas as pessoas/entidades envolvidas em tal procedimento, tais como advogados, agências de cobrança de dívidas, agentes de execução, tribunais, oficiais de justiça e outros funcionários judiciais.



Ares Lusitani STC

Mais informamos que, em conformidade com a legislação vigente, caso os titulares dos créditos não procedam ao pagamento da dívida dentro do prazo estabelecido, e desde que cumpridos os requisitos estabelecidos na referida legislação, os dados pessoais poderão ser incluídos em ficheiros relativos ao incumprimento de obrigações pecuniárias junto do Banco de Portugal (“Central de Responsabilidade de Crédito”).

Também informamos que os dados pessoais dos titulares dos créditos poderão ser divulgados e/ou transferidos para outras instituições que fazem parte do Grupo Hipoges (localizadas na União Europeia, não ocorrendo qualquer divulgação e/ou transferência internacional) com o objetivo de otimizar a gestão financeira e contabilística da Ares Lusitani e/ou para qualquer outra finalidade aqui descrita com o objetivo de cumprir qualquer exigência relativa à concentração de risco, solvência, exigência de demonstração da existência de capital de recursos próprios ou financiados ou nos casos em que a sua divulgação seja obrigatória por qualquer regulamentação ou legislação aplicável.

Os dados pessoais dos titulares dos créditos serão armazenados durante o período em que se verificar a relação entre os titulares dos créditos e a entidade cessionária, e uma vez terminada a mesma, os dados pessoais serão bloqueados adequadamente durante o período de 7 (sete) anos por motivos legais ou regulamentares, sendo que caso sejam aplicáveis prazos legais prevaletentes mais curtos, procederemos á eliminação dos dados pessoais. Em todo o caso, se existir um prazo legal aplicável de conservação dos dados pessoais mais extenso ou que seja necessário para comprovar o cumprimento de obrigações contratuais ou de outra natureza, a Ares Lusitani, em estrito cumprimento de tais disposições, conservará os dados pessoais enquanto não decorrer o prazo de prescrição dos direitos correspetivos e/ou de quaisquer obrigações legais. disponibilizando-se apenas a entidades e organismos da administração públicas e judiciária, em caso de necessidade.



Ares Lusitani STC

Aquando da cessão de créditos e da sua notificação, será indicada a entidade gestora dos créditos (Servicer) em representação da Ares Lusitani, bem como a entidade perante a qual podem ser exercidos os direitos de acesso, informação, retificação, apagamento, oposição, limitação, portabilidade de dados, a não ficar sujeito a decisões tomadas exclusivamente com base no tratamento automatizado dos seus dados e de retirar o consentimento, os quais podem ser exercidos enviando uma comunicação juntamente com uma prova de sua identidade (caso seja solicitado) para os contactos indicados na mesma notificação.

Por último, informamos ainda que o interessado tem o direito de apresentar uma reclamação junto da autoridade de controlo competente, em Portugal, a Comissão Nacional de Proteção de Dados.